

Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada

Japanese colonization in Santa Catarina: Metamorphoses in immigration under tutelage

André Souza Martinello¹
andresoumar@gmail.com

Ely Bergo de Carvalho²
carvalho2010@yahoo.com.br

Resumo. Este artigo, escrito a quatro mãos, analisa algumas mudanças na imigração japonesa para o Brasil a partir do caso de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970. Mobilizando fontes do aparato estatal, jornais e entrevistas, aqui abordamos de que forma os japoneses eram representados como migrantes que iriam “modernizar” o campo, justificando o apoio estatal brasileiro a tais imigrantes. Assim, em Santa Catarina, a migração de nikkeis não segue o modelo de migração tutelada anterior à Segunda Grande Guerra, com forte participação do governo japonês, mas, através de outros mecanismos que apontamos neste artigo, continua a acontecer uma “tutela” que favorece a atração de tal grupo étnico.

Palavras-chave: imigração tutelada, colonização, reforma agrária, nikkeis.

Abstract. In this four-hand-paper we analyze some changes in Japanese immigration to Brazil taking the State of Santa Catarina in the 1960's and 1970's as a case study. Using sources produced by the State and also newspapers and interviews, we show how Japanese people were represented as immigrants who were going to “modernize” the countryside, justifying State support for them. Thus, in Santa Catarina the nikkei immigration does not follow the model of tutored immigration which existed before the Second World War, with strong participation of the Japanese government; nevertheless, by other means discussed in this paper, some “tutorage” does occur and attracts the Japanese.

Key words: immigration under tutelage, colonization, land reform, Japanese immigrants in Brazil.

¹ Doutorando em Geografia Humana pela USP. Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), historiador mestrando pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A proposta deste trabalho é apontar como, na imigração dirigida dos japoneses vindos ao Brasil no pós-guerra, o papel do governo japonês se altera e se torna bastante menor, diferentemente do período anterior à Segunda Guerra Mundial. No caso específico de Santa Catarina, as políticas públicas desse Estado assumem e passam a garantir a entrada desses imigrantes com os apoios que antes se concentravam no governo japonês. Contudo, não se quer afirmar a inexistência da presença governamental japonesa nesses processos de colonização (Bosi, 1992). De fato, estiveram presentes também as instituições nipônicas, porém com papel um tanto quanto menor em comparação com as primeiras ondas de japoneses vindos ao Brasil até 1941. Pode-se dizer que, por meio da Empresa Japonesa de Imigração e Colonização (JAMIC), que possuía na cidade de Porto Alegre um escritório que atendia os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o governo do país oriental também esteve presente na colonização, tanto no processo de seleção como de treinamento e recrutamento de japoneses que geralmente estavam sem acesso à terra nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e mesmo Santa Catarina.

Se a imigração japonesa³ no Brasil possui particularidades em relação a outros imigrantes também aqui estabelecidos no que se refere ao apoio do país de origem, a imigração japonesa especificamente em Santa Catarina possui particularidades em relação à imigração japonesa no restante do país. Célia Sakurai (2000, p. 202) apontou, em comparação com as demais etnias e outros fluxos imigratórios, que a imigração japonesa no Brasil apresenta diferenças em relação às demais nacionalidades que se dirigiram para o território brasileiro. Uma das principais diferenças está em certo papel e apoio governamental oferecido pelo Japão aos cidadãos que deixaram a terra natal e se estabeleceram no Brasil. Enfatizando o momento que se inicia em 1908, com o começo do fluxo migratório Japão-Brasil, e se estende até o início da Segunda Grande Guerra, Sakurai denomina esse processo de “imigração tutelada”:

É tutelada, porque é amparada, desde o início, por meio de orientações, ajudas e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolheram o Brasil, pois se estrutura sobre a cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil (Sakurai, 2000, p. 202).

A autora apresenta, assim como outros pesquisadores da imigração japonesa no Brasil (Lesser, 2001), algumas ações e

auxílios governamentais do Japão para a fixação e instalação de japoneses no Brasil que não se limitavam apenas a deslocamento, traslado e chegada dos imigrantes, mas incluíam diversos tipos de apoio, como financiamentos para aquisição de terras, propriedades agrícolas, formação de núcleos coloniais, entre outros. Jeffrey Lesser (2001, p. 166) aponta casos de criação de núcleos coloniais no Brasil por parte do governo japonês com o objetivo de venda de terras para japoneses, tornando o negócio lucrativo para as empresas japonesas de imigração (tanto particulares como estatais), mas também colocando em prática uma política de fixação de cidadãos originários das ilhas densamente povoadas que formam a geografia do Japão. O autor lembra que a intenção governamental japonesa era tornar mais estável a presença dos imigrantes japoneses no Brasil, viabilizando de maneira bem-sucedida a imigração e diminuindo, assim, a possibilidade de retorno ao Japão ao fixá-los por meio do acesso à terra:

Para os japoneses, colônias estatais significavam o fim das dores de cabeça com os fazendeiros brasileiros, bem como a oportunidade de centrar-se na colonização e na produção, em áreas onde os lucros iriam para os próprios imigrantes, com o duplo resultado de impedi-los de retornar ao Japão e de incentivá-los a deixar o Japão. Em 1913, a colônia de Registro, de cem mil hectares [...] foi estabelecida próximo a Iguape, a cerca de 185 quilômetros a sudeste da cidade de São Paulo. O sindicato japonês que gerenciava a colônia foi isentado do pagamento de impostos por um período de cinco anos, recebendo uma pequena quantia para cada grupo de cinquenta famílias assentadas (Lesser, 2001, p. 166).

Nos anos anteriores à Segunda Grande Guerra, a imigração japonesa no Brasil caracterizou-se por forte presença de apoio governamental japonês e também brasileiro para a vinda e instalação em algumas regiões brasileiras (Sakurai, 2000). É possível observar a característica da *imigração tutelada* no papel político e econômico do Japão em diversos apoios a seus cidadãos aqui instalados. No pós-guerra e no caso da colonização japonesa em Santa Catarina, pode-se observar um caso diferente de *imigração tutelada*.

A imigração tutelada dos japoneses e a reforma agrária

Um elemento a ser tratado no presente artigo é buscar apontar as ligações do processo de modernização conservadora (“A Revolução Verde”), implantada e geren-

³ Deve-se atentar para a ambiguidade da palavra “japonês/japonesa” uma vez que, segundo Lesser (2008, p. 21), no Brasil não há distinção na forma de nomear os brasileiros de ascendência japonesa e os habitantes do próprio Japão, o que também ocorre com brasileiros descendentes de outras nacionalidades.

ciada pela política pública estatal, fundamentalmente pós-1964, com as alterações ao longo do tempo na proposta de trazer japoneses para atuar em território catarinense. Se, ainda nos anos democráticos (antes da derrubada de João Goulart), fazia-se a colonização japonesa por meio do que se chamava de reforma agrária, através de um órgão estadual criado em 1961, em substituição à Diretoria de Terras e Colonização, denominado Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), com o golpe civil-militar de 1964, a opção pela modernização sem reforma agrária permaneceu com a atração de japoneses para Santa Catarina, porém agora não só se evitava a própria expressão *reforma agrária*, como o sentido e a proposta de trazer japoneses se deslocaram.

O objetivo passou a se restringir a abastecer cidades, implantar novas variedades e cultivares agrícolas, diversificar e mecanizar a produção. Enfim, modernizar os espaços rurais de Santa Catarina com japoneses, mas não fazendo reforma agrária e, sim, trazendo os que eram vistos como aqueles que efetivamente sabiam produzir no campo, dentro de dado padrão que se queria moderno. O governo de Celso Ramos (1961-1966), que cria e institucionaliza o primeiro núcleo colonial japonês em Santa Catarina (inclusive a comunidade foi batizada na época da fundação com o nome desse governador), também criou o IRASC. Mesmo com discurso voltado a modernizar o campo e tornar dinâmicas as localidades e regiões consideradas economicamente estagnadas de Santa Catarina, o governo utilizava-se do momento político de então (nos anos Goulart) para afirmar que estava de fato implantando e realizando uma boa e sadia reforma agrária e, acima de tudo, *não era qualquer camponês colocado na terra*, eram principalmente japoneses.

É claro que há semelhanças na forma de representar os migrantes japoneses como superiores aos agricultores brasileiros por parte dos governos antes ou pós-ditadura. Na relação étnica, os japoneses eram, para os dois contextos, aqueles que poderiam auxiliar na modernização do Brasil, torná-lo uma nação *moderna* (Berman, 1986). Os japoneses, segundo a tese de Lesser (2001, p. 278), eram aqueles que ensinariam o brasileiro a maneira de como ser um bom brasileiro! Ou seja, um brasileiro *moderno*. Assim como no pré-guerra e no pós-guerra houve modificações na imigração dirigida dos japoneses no Brasil, os projetos da colonização japonesa em Santa Catarina variaram também pré-golpe e pós-golpe de 1964.

Tinha-se, na conjuntura e debate nacional até fins do governo Goulart e o lançamento do Estatuto da Terra em 1964, a reforma agrária como tema e saída para os caminhos do desenvolvimento rural brasileiro de então. Conviviam teses diferentes, entre elas a de Celso Furtado, que via nessa reforma a possibilidade de formar

um mercado consumidor no campo, baratear a produção de alimentos vendidos à cidade e resolver outros impasses sociais, como desemprego; fome; diminuição do êxodo rural; facilitar o acesso a posse da terra às populações de baixa renda; diminuição da desigualdade social e, enfim, maior facilidade de industrialização com a maior demanda do mercado interno no campo que se formaria após a reforma agrária por aquelas populações que se inseririam no consumo básico. Além do mais, a maior oferta de produtos agrícolas em função da reforma agrária acarretaria diminuição de preços dos alimentos na cidade, o que, por sua vez, reduziria o custo de vida nas áreas urbanas, tornando, assim, o operariado mão de obra de menor custo para a produção e para os empresários. É nessa cadeia de desenvolvimento resultante da reforma agrária que o governo de Goulart, bem como o contexto social e político da época (como alas e setores da Igreja Católica, por exemplo), via as Reformas de Base como soluções para o Brasil de fato se *modernizar* e se tornar um país com crescimento econômico, acumulação de capital e poupança interna, trazendo, entre outras vantagens, um mercado consumidor e produtor menos *concentracionista*.

Sabemos que o golpe de 1964 foi uma forma de silenciar esse projeto, vencendo a tese de Delfim Netto, que significava, na prática, aumento da produtividade agrícola nacional com base em tecnologia (Gonçalves Neto, 1997). Fez-se então a modernização conservadora, pois manteve o que havia de mais *conservador* no Brasil, as grandes propriedades de terras e latifúndios, e modernizou o que havia de menos social, ou seja, expulsou-se a população e optou-se pela técnica em detrimento do humano (Almeida, 1998). Mas o que tem a ver a migração japonesa em Santa Catarina com essas questões?

Ainda na época e conjuntura em que alguns governantes, na esfera federal e estaduais, entendiam que uma das formas para o desenvolvimento e a criação de um Brasil (e do rural brasileiro) *moderno* viria pela via da reforma agrária. Em Santa Catarina – para o discurso oficial – os japoneses eram aqueles que, instalados em comunidades rurais e colônias segundo o padrão já existente nas regiões de pequenas propriedades no Brasil, *repetiriam* a história da supostamente bem-sucedida (Seyferth, 2004) formação social de algumas regiões catarinenses. Nestas regiões ocorreu o predomínio dos lotes de terra (25 hectares em média) ocupados por imigrantes europeus, instalados com maior intensidade a partir do século XIX. O governo estadual diagnosticava, nos anos anteriores a 1964, as regiões que possuíam formação social característica de concentração da terra (latifundiária) em território catarinense como as mais *atrasadas*. Portanto, uma forma de dinamizar as regiões de ocupação *estancieira* ou baseadas em grandes

fazendas (de gado, principalmente) que marcaram o planalto catarinense era fazer a reforma agrária (antes de abril de 1964) e trazer colonos e agricultores japoneses que haviam imigrado ao Brasil ou imigrariam para se instalar em Santa Catarina. A partir dessa concepção, ocorreu a criação do primeiro núcleo colonial de nikkeis em terras catarinenses pelo governo estadual, que dizia buscar dinamizar a região de Curitibaanos (meio-oeste catarinense), tradicionalmente com formação social que concentrava a posse e a propriedade da terra. Havia atuação estatal para atrair migrantes japoneses para a região desde, pelo menos, dois anos antes do golpe de 1964, sendo que a maioria dos membros do núcleo migrou no final de 1963 e início de 1964. Ainda, a inauguração oficial da colônia se deu apenas em 1966, talvez, justamente, em virtude do golpe.

Era como se a reforma agrária fosse mais eficiente, mais *moderna* e os resultados fossem de fato atingidos com maior rapidez se os assentados na terra fossem japoneses (Martinello, 2008). Nos anos que antecederam o golpe de 1964, a política agrária em Santa Catarina visava registrar a posse e o título de terra para agricultores que nelas já viviam, por meio de um órgão criado para tal fim: o IRASC. O que o governo fazia era titular as propriedades e os pequenos proprietários que já estavam fixados na terra e não fazer propriamente uma reforma agrária, ou seja, o reconhecimento ou cadastramento, por parte do poder público, de uma situação que não resultou necessariamente da ação estatal, e não uma alteração na estrutura fundiária. Ainda, o caso da colônia nipo-brasileira formada em Curitibaanos, chamada Celso Ramos, foi constantemente utilizado como o exemplo da *reforma agrária* que o Estado catarinense então afirmava estar fazendo.

Houve atração de nikkeis para colônias, que continuaram a ser criadas até a década de 1970, mas os tipos de colônia e a função esperada delas pelo governo catarinense mudaram. Nas regiões consideradas próximas aos espaços que tenderiam a necessitar de um melhor abastecimento alimentar, bordas urbanas e *periurbanas*, o governo, já em plena ditadura, estimulava a criação de núcleos coloniais japoneses. O rural mais do que nunca se tornava aquele que iria contribuir para a modernização e dinamização das cidades e deveria abastecê-las: produzir alimentos, produtos agrícolas e matéria-prima para a indústria. Em tal contexto (pós-1964), o japonês era mais valorizado por ser considerado portador de uma tecnologia *moderna*. Havia entre os agricultores japoneses alguns qualificados para o trabalho agrícola, como o senhor Kazumi Ogawa, que fez um “estágio na área agrícola nos Estados Unidos” (Monteiro, 2002, p. 22). Em outros casos, como os japoneses da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) de São Paulo, detinha-se o *know-how moderno* de certas produções. Ainda, como veremos, o fato de possuir tais

saberes tidos então como *modernos* não implicava necessariamente superioridade econômica. Contudo, a questão central para este artigo não é constatar a eficácia ou não das tecnologias e, sim, compreender como tais representações foram mobilizadas por certos agentes em favor de alguns projetos e em detrimento de outros.

Dessa forma, nos anos pós-1964 não se fala mais em reforma agrária quando se trata de instalar os nikkeis que antes eram atraídos justamente para tal fim. Reforma agrária passa a ser inclusive, sob a ditadura, uma expressão institucionalmente domesticada, para não dizer abandonada. A colônia Celso Ramos passa a ser identificada não como um caso de *reforma agrária* e, sim, como um projeto de *colonização*, acompanhando a alteração na prática de gestão de terras vigente no nível federal, que buscava deslocar população de áreas de tensão social para áreas de fronteiras agrícolas sem alterar a estrutura fundiária concentrada, seja nas áreas de atração ou expulsão populacional (Gonçalves Neto, 1997, p. 132, 140; Novaes, 2002, p. 219). O papel dos imigrantes japoneses agora estava voltado plenamente a aplicar os conhecimentos de técnicas agrícolas, como se eles próprios estivessem transferindo tecnologia para o Brasil a caminho do *moderno*, em plena ditadura.

Japoneses em Santa Catarina

Em Santa Catarina, os maiores fluxos migratórios de japoneses e descendentes se dão a partir de 1966, com a inauguração efetiva, pelo governo estadual, da primeira colônia oficial. Ela se localiza no distrito de Frei Rogério, na época município de Curitibaanos. A colonização japonesa com distribuição ao longo do território catarinense está fortemente ligada ao papel do governo estadual como principal indutor e apoiador na instalação de núcleos coloniais.

Na colônia de Curitibaanos, um dos objetivos para a atração dos migrantes nikkeis era o desenvolvimento de mão de obra que dominasse a fruticultura de clima temperado, empregando *técnicas mais adequadas* a esses cultivos, pois, naquela época, iniciava-se o interesse governamental na agricultura de frutas como maçã, nectarina, pêssego e pera. Em um segundo momento, já na década de 1970, o governo estadual, articulado com a prefeitura de cidades interessadas, criou vilas habitadas predominantemente por japoneses. De acordo com o discurso do momento, a localização estratégica das *colônias* japonesas visava atingir o objetivo de comercializar hortigranjeiros no urbano; assim, a produção agrícola auxiliaria o abastecimento das cidades. É o caso dos núcleos japoneses de Itajaí, Caçador e Criciúma (no então distrito de Forquilha, hoje município). Grande parte dessas colônias possuía,

na época da respectiva instalação, as características de serem constituídas por famílias instaladas em pequenas propriedades com 25 hectares cada uma, em média.

Houve, em território catarinense, outros núcleos de colonização de japoneses e descendentes que receberam apoio financeiro indireto do governo estadual e federal, todavia não se estabeleceram nos moldes convencionais de núcleos coloniais rurais. Para São Joaquim e Canoinhas vieram, na maioria, descendentes de imigrantes japoneses como cooperados da CAC de São Paulo. Tal empresa, também representada como *modelo de cooperativa moderna*, incentivava os associados a se estabelecerem em Santa Catarina para atuar em atividades *inovadoras*. No caso destes dois municípios de formação social latifundiária, o IRASC não chegou a atuar, embora o governo do Estado tenha incentivado de outras formas a presença dos japoneses, como com a construção de galpões refrigerados em São Joaquim, uma vez que a região pertencia à área de abrangência do Programa Estadual de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT). Em Canoinhas, o governo federal incentivou a produção de batata semente certificada, para ser usada na melhoria e ampliação da produção nacional de batatas. A etnia japonesa predominou em Canoinhas na produção e comercialização da batata semente e em São Joaquim da maçã, auxiliando na substituição da importação de tais produtos para o Brasil. Por isso, receberam subsídios para se estabelecer nessas regiões. Ao contrário das colônias de pequenos proprietários organizados em escala familiar de produção nos municípios anteriormente citados, em Canoinhas e São Joaquim a maioria dos japoneses implantou a monocultura e estabeleceu-se em médias propriedades rurais mecanizadas ou com emprego de tecnologias muito mais sofisticadas que as pequenas colônias de Itajaí, Criciúma, Caçador e mesmo Curitiba (Martinello, 2007).

Algumas tentativas de formar colônias com a presença de japoneses no mundo rural catarinense acabaram não sendo efetivadas. Por exemplo, Blumenau e Chapecó apresentaram projetos e interesses em constituir núcleos japoneses e comunidades rurais nikkeis e não conseguiram realizar tais projetos. Talvez por não realizarem investimento necessário para atrair e *tutelar* migrantes japoneses, nem todas as propostas de migração dirigida de japoneses em Santa Catarina foram implementadas (Martinello e Klug, 2007, p. 60-61).

É importante lembrar que, alguns anos após a Segunda Grande Guerra, a entrada de imigrantes japoneses no Brasil foi restabelecida, destacando-se, nos períodos posteriores ao primeiro governo Vargas, o recrutamento de cidadãos japoneses principalmente, pois eram considera-

dos sinônimo de auxílio na construção de uma agricultura e de um mundo rural entendidos como modernos:

Estes novos trabalhadores japoneses dispunham de condições já bem diferentes daquelas dos primeiros imigrantes. Sobretudo, a partir de então, no que se refere ao trabalho agrícola, os imigrantes japoneses estavam associados à competência e aos avanços do trabalho no campo (Kodama, 2000, p. 206).

Portanto, é nesse contexto de auxiliador da modernização e da busca por certa eficiência na produtividade agrícola que se situam as políticas de atração e fixação de japoneses no espaço rural catarinense. Dessa forma, nesta pesquisa, não nos pautamos em uma abordagem quantitativa para entender a relação do Estado com as colônias nikkeis, mas nas representações mobilizadas por diferentes agentes.

Japoneses sinônimos de agricultores *modernos*

Destacamos, inicialmente, a ambivalência das representações sobre os japoneses no Brasil. Em algumas configurações são imigrantes desejados, em outras não. Como afirma Lesser (2001, p. 212): “Os japoneses, no Brasil, como também em outros países do hemisfério, eram vistos simultaneamente como uma ‘*minoría modelo*’ e como um ‘*perigo amarelo*’.” Os japoneses poderiam ser os imigrantes disciplinados e industriais, o elemento-braço que salvaria a cafeicultura paulista a partir do decréscimo da imigração europeia no início do século XX. Ou o estrangeiro que traria perigo para a ordem nacional e degeneraria a já periclitante raça brasileira; um elemento inassimilável; um fanático e suicida que provocou uma guerra sangüinária para vender produtos baratos. Tais imagens aparecem desde os debates sobre a possibilidade da imigração japonesa para o Brasil no século XIX, passando pela sua efetivação no início do século XX, até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a consequente perseguição dos imigrantes japoneses e descendentes suspeitos de atuar como quinta-colunistas. Algumas imagens foram acionadas nas mais diferentes configurações e combinações, resultando disso uma construção conflituosa a respeito da entrada desses imigrantes no Brasil.

Dessa forma, não é estranho que no Paraná, durante o primeiro governo Vargas, o interventor Manoel Ribas tenha tentado formar núcleos coloniais com japoneses para aproveitar seu potencial de trabalhadores agrícolas (Kimura, 2006, p. 57). E que, durante a Segunda Guerra Mundial, em



Figura 1. Municípios com colonização japonesa na década de 1960 e 1970 em Santa Catarina.

Figure 1. Municipalities with Japanese colonization in the decades of 1960 and 1960 in Santa Catarina.

São Paulo, atribuía-se comumente aos japoneses a culpa de todas as privações que a guerra impunha aos brasileiros, até mesmo o racionamento de alimentos. Segundo alguns jornais, os japoneses eram “vampiros do solo”, praticantes de uma “agricultura predatória”, sendo eles os principais responsáveis pela escassez de gêneros de primeira necessidade de que sofria a população (Kimura, 2007, p. 27).

No caso de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970, o argumento mais comumente utilizado no período de atração de japoneses ao espaço rural catarinense refere-se à importância desses migrantes para o desenvolvimento tecnológico, no esforço de transformar a *natureza* em riquezas, como afirmou o representante do governo estadual Dib Cherem no jantar oferecido ao então cônsul-geral do Japão, Kazutoshi Sato:

São numerosos os filhos do Japão que, transferindo-se para terras do nosso continente, chamados pelas imensas possibilidades de existência pacífica em solo brasileiro, vêm dando ao Brasil não apenas a cooperação de seu labor advertido e perseverante, mas também sua cota

de sangue com que se vão definindo os característicos técnicos do nosso homem, para a hercúlea tarefa do aproveitamento de infinitos potenciais de que a Natureza dotou o nosso País (O Estado, 1966, p. 8).

Nos jornais (Martinello, 2008), documentos governamentais (relatórios do Poder Executivo) e discursos políticos em Santa Catarina, tal argumento era recorrente. Registrou o periódico *A Gazeta*, em 1964, que para a formação de um núcleo colonial no município de Curitibanos, região central do território catarinense, seriam instalados desde o início daquela “aldeia” os “colonos japoneses”, considerados “homens afeitos ao trato da fruticultura, alguns deles verdadeiros técnicos nesse ramo de cultura” (*A Gazeta*, 1964, p. 10).

Os órgãos governamentais interessados em planejamento rural e na implantação de atividades agrícolas, como cultivares de frutas de clima subtropical, denominavam os imigrantes japoneses de “pomicultores”, que haviam sido selecionados “sob critério que compreende um plano de eficiente exploração das terras devolutas naquela região catarinense” (*O Estado*, 1964, p. 8). Tal projeto se situava no contexto da chamada modernização da agricul-

tura brasileira, basicamente com a implantação de *pacotes tecnológicos*, seguindo o modelo agrícola da *Revolução Verde*, criado a partir da realidade dos países ditos desenvolvidos e de clima temperado e aplicado, com graves impactos socioambientais, nos ditos países em desenvolvimento. Tal processo de modernização do mundo rural no Brasil foi denominado também de *modernização desigual*, a qual favoreceu grandes produtores e setores da agricultura em média escala que se engajaram no projeto modernizador, gerando, ao mesmo tempo, forte êxodo rural e exclusão de vastos setores da agricultura familiar, que ficaram legadas ao *atraso* ou se subordinaram à agroindústria. O principal instrumento para tal política foi o crédito subsidiado, em especial no pós-1964, mas era a utilização das novas tecnologias a pedra de toque do novo modelo de agricultura que então se tentava implantar (Gonçalves Neto, 1997; Lohn, 1999).

Dessa forma, a representação dos japoneses como *modernos* vinha ao encontro de tal projeto modernizador do rural. Os jornais e a documentação estatal utilizavam a expressão *fruticultores japoneses*, considerados como aqueles que, a partir do trabalho, conquistariam o *progresso econômico*. A contribuição nikkei ao Estado se daria com a produção e o saber acerca da cultura de frutas temperadas. Nessa perspectiva, os japoneses diferenciavam-se, principalmente, devido ao elevado grau de aplicação de técnicas, o que favoreceria os núcleos rurais em formação em direção a um “franco desenvolvimento” (*O Estado*, 1963, p. 8).

A intenção de atrair japoneses para determinadas áreas do Estado seguia a lógica de *entrelaçar* as práticas agrícolas realizadas pelos nikkeis com as práticas agrícolas dos *colonos nacionais*. Assim, seguindo a estratégia comumente utilizada na extensão rural de então, desejava-se *contaminar* por meio da *pedagogia do exemplo* todos os agricultores com os *pacotes tecnológicos modernos*. Estes, produzidos pelo setor industrial e recomendados pela tecnociência, deveriam ser aplicados pelos agricultores, o que geraria melhoria não apenas econômica, mas também social e moral, conforme a crença no progresso técnico que orientou o processo da chamada modernização agrícola ocorrida na segunda metade do século XX em grande parte do setor agropecuário brasileiro (Almeida, 1998). Assim, os *efeitos* positivos da agricultura dos japoneses não eram apresentados apenas como elevada produtividade, mas também como saldo positivo de contatos étnicos, pois,

pelo contacto que com aqueles núcleos [habitados por japoneses] tiveram os nossos agricultores, elemento poderoso de sugestão e vulgarização de processos e técnicas novas, de que se aproveitará integralmente o nosso homem do campo (A Gazeta, 1964, p. 1).

Para os órgãos governamentais, caberia aos agricultores entrar em contato com os japoneses, assimilar o *amor ao trabalho* e o ensinamento técnico dos nikkeis, e, assim, ambos se tornariam responsáveis por enriquecer o solo catarinense.

O *outro do moderno* é o *atraso, o arcaico*. E não apenas agricultores familiares eram tidos como *atrasados* no projeto de modernização. No momento das políticas e incentivos à agricultura de clima temperado, principalmente da maçã, um relatório governamental apontava a necessidade de modificar a “mentalidade” dos criadores de gado e outros latifundiários do planalto catarinense. O projeto visava à substituição das explorações madeireiras e pecuaristas, inserindo práticas frutícolas favoráveis ao clima dos Campos de Lages (como no caso do município de São Joaquim, por exemplo): “A região de São Joaquim, principalmente, é de pecuária, e não é fácil transformar a mentalidade de um fazendeiro em fruticultor”, afirmava um projeto de implantação da fruticultura de clima temperado (Santa Catarina, 1968a). O poder público estadual constatava o esgotamento e estancamento econômico das práticas pecuaristas e madeireiras, sendo também identificado o *problema da mentalidade* desses produtores. Partia-se do determinismo simplista e *unicausal*, apontando que apenas o apego à tradição dos grandes fazendeiros fazia com que perseverassem nas mesmas práticas não mais rentáveis, o que acabava por dificultar uma *modernização agrícola*, sem considerar os complexos fatores culturais, econômicos e ambientais que levavam à tentativa de perpetuação daquela formação social. Neste caso, segundo noticiava o jornal, procurava-se modificar o elemento humano local:

Reconhecemos as dificuldades que encontraremos para intensificar a fruticultura na região de São Joaquim face ao elemento humano local e sua tradição para a atividade pecuária. Confiamos, no entanto, que um bom trabalho de motivação será capaz de conquistar um bom número de criadores para a atividade frutícola (O Estado, 1970, p. 7).

E não era difícil perceber a quem caberia motivar, incentivar e colocar em prática a fruticultura em São Joaquim. Dos japoneses esperava-se atuação como assessores das políticas agrícolas da época ou ainda como agricultores *colonizadores*. Foi a partir e por meio de diferentes incentivos e *promoções* governamentais que algumas famílias de descendentes de japoneses se instalaram no município de São Joaquim para ali implantar a *mentalidade* de cultivar a maçã.

A intenção de formar uma comunidade de japoneses para modificar a *mentalidade*, a tecnologia e o produto agrícola cultivado pelos que estariam próximos

aos *orientais* já havia sido percebida quando da instalação da primeira colônia japonesa em Santa Catarina, em Curitiba. Na localidade do Núcleo Triticola, as plantações de trigo pareciam esgotar-se por limitações econômicas e excessiva utilização do solo pelas tradicionais práticas agrícolas, mas principalmente pela intensa irregularidade do relevo local. Assim, a criação de um núcleo colonial na fronteira do núcleo de produção de trigo possibilitaria aos japoneses ensinar novas culturas, manejos de solo e uma agricultura que formaria um *novo ciclo de produção local* quando se iniciasse a fruticultura. Ou, como relembra um dos imigrantes, Takashi Chonan (2007): “O pensamento era colocar [...] 10% da população local [em] [...] imigrantes japoneses no núcleo, para mudar a cultura do trigo e iniciar a fruticultura”. E, assim afirma a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 1968, o núcleo colonial foi

[...] criado com o fim precípua de trazer para o Estado o trabalho, o conhecimento e a técnica de colonos japoneses, para que, num entrelaçamento com o nosso colono, se formasse no planalto de Curitiba um núcleo destinado a explorar em primeiro plano a fruticultura. O êxito dessa experiência já é uma realidade e aquele pequeno núcleo, em plena fase de desenvolvimento, é exemplo para todo o Brasil. Aquele punhado de brasileiros e japoneses vêm executando os cuidadosos planos antes traçados (Santa Catarina, 1968b).

No litoral e nas regiões mais urbanizadas de Santa Catarina, a atração de migrantes japoneses estava ligada ao abastecimento urbano e à produção de hortifrutigranjeiros; contudo, como no caso de Curitiba e de áreas com grandes e médios proprietários do interior, mantinha-se a ideia dos japoneses como portadores de uma agricultura moderna.

A criação de uma *agrovila japonesa* em Itajaí estava envolta na atmosfera de modernização e urbanização que o município enfrentava com maior intensidade a partir da década de 1970; e, para construir-se como uma *cidade grande*, o abastecimento da urbe aparecia como um dos elementos centrais. O objetivo de edificar um núcleo colonial habitado por oito famílias japonesas e duas nacionais na franja urbana de Itajaí tornava-se fundamental, segundo discurso da época, para a formação de um *cinturão verde*, aparentemente inspirado na cidade de São Paulo. A construção da capital federal também é outro exemplo de como se atribuiu aos japoneses o papel de abastecer os centros urbanos brasileiros em formação. Provavelmente, os hábitos alimentares que traziam do Japão (com um destacado consumo de saladas, verduras, frutas) facilitaram a associação e reforço do imaginário a respeito

dos nikkeis como produtores de alimentos. No ano de 1957, Brasília ainda não inaugurada, apenas um imenso canteiro de obra, instalaram-se inicialmente 12 famílias nikkeis vindas do Estado de São Paulo e, posteriormente, outras famílias vindas diretamente do Japão (Woortmann, 1995). Segundo Ellen Woortmann (1995, p. 7), em 1962, dois anos após a inauguração de Brasília, já eram mais de 59 famílias nikkeis. O que justificava a ação do governo, construída a nova capital, na atração desses migrantes era o entendimento dos japoneses como agricultores competentes. Somando-se a isso, Woortmann (1995) aponta que foi também atribuída aos japoneses a capacidade de superar a adversidade dos solos. Para ultrapassar o que era visto como dificuldades impostas pelas terras do Cerrado, incentivou-se a migração nikkei, visando à produção de alimentos no centro do País:

A percepção dos solos da região como pobres e a necessidade de tecnologia para cultivá-los provocou a atração de famílias de agricultores de origem japonesa. Por sua “vocaçao agrícola”, e por serem vistos como um grupo para o qual a terra é efetivamente objeto de trabalho – e mesmo o resultado do trabalho – e não objeto de especulação, aquelas famílias foram chamadas para construir o denominado “cinturão verde”, destinado a assegurar o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros à futura capital (Woortmann, 1995, p. 7).

Esse processo de construção de Brasília, e a paralela atração de imigrantes japoneses para abastecê-la, foi muito semelhante à atração de nikkeis para algumas áreas de Santa Catarina e mesmo do Rio Grande do Sul. Em Santa Maria/RS, por exemplo, o processo de colonização nikkei em fins da década de 1950 também envolveu o discurso de atrair japoneses para áreas rurais do município, buscando como consequência a produção de alimentos e abastecendo, assim a cidade:

É possível também que a vinda dos japoneses para Santa Maria fizesse parte de um plano do governo do estado, denominado “Cinturão Verde” [...] Esse projeto consistia em diminuir os custos de produção agrícola mediante implantação de agricultores nas proximidades da cidade, reduzindo assim os custos do transporte e, por fim, da cadeia produtiva (Soares e Gaudioso, 2010, p. 63).

A partir do estabelecimento da colônia japonesa de Itajaí, as imagens de *vitória, sucesso, empenho e prestígio* não foram apenas relacionadas aos japoneses produtores de alimentos, mas também às *autoridades* que trouxeram os migrantes nikkeis. Neste caso, os catarinenses (ou itajaienses)

ses) tornaram-se os competentes responsáveis por atrair os *outros*, os esperados e os *modernos e competentes* japoneses:

Centenas de prefeituras de todo o Brasil desejam fixar no seu entorno rural os experimentados nipônicos para garantirem um abastecimento regular e farto de hortigranjeiros, como fez São Paulo, onde a colônia japonesa contribuiu com a maior parte das verduras e hortaliças que alimentam os 6 milhões de paulistas da capital e arredores. [...] Por isso, não seria fácil à Prefeitura de Itajaí atrair famílias japonesas para nossa zona rural. No entanto os japoneses estão aí. [...] Mas eles somente vieram para Itajaí porque ao empenho do prefeito Júlio César se juntou o prestígio de outro itajaiense, o Sr. Hélio Guerreiro (Silveira Jr., 1972, p. 52).

A imprensa local registrou como epopeia não apenas a imigração dos japoneses, mas também a *capacidade de determinados políticos catarinenses* de concorrer com o restante do país na atração dos *bem-sucedidos imigrantes*, como no trecho acima citado. A intenção de comparar-se ou igualar-se a São Paulo, *exemplo de modernização brasileira*, apresentou-se no *empenho* de fixar tão escassos e *dinâmicos japoneses*, que, neste caso, levariam Itajaí a ter uma *agricultura moderna* e a ser uma cidade *moderna*. Situações semelhantes apresentaram-se quando da criação das comunidades japonesas em Caçador e Criciúma, pois tais municípios seguiram o exemplo de Itajaí na atração e nos argumentos favoráveis à presença de japoneses para o rural (Martinello, 2008). Os nikkeis trariam consigo o progresso para a zona rural; as práticas de fruticultura; a capacidade de cultivar para abastecer cidades com hortigranjeiros; e, ainda, ensinariam *todos os repertórios aos colonos nacionais*, seja a ordem da propriedade e a dedicação ao trabalho, sejam maneiras mais competentes de gerir os recursos naturais e financeiros. Tal representação do *japonês modernizador* faz conexões importantes com a identidade regional e nacional.

A identidade hegemônica de catarinense no século XX em grande parte foi construída a partir de uma identificação da unidade da federação como um *Estado europeu no Brasil*, ou, pelo menos, um Estado formado por pessoas de *raiz*, que, por serem de *origem* açoriana, alemã, italiana, etc., se distanciariam da ideia do *brasileiro em geral*, tido como preguiçoso e atrasado. Associada a tal imagem de Santa Catarina como um pedaço da Europa no Brasil, produziu-se uma invisibilidade a respeito da população indígena e negra catarinense, que dificilmente poderiam escapar da *pecha* de serem *brasileiros* (Leite, 1996).

E, nesse contexto, podem ser inseridas as afirmações de Dib Cherem, secretário da Casa Civil do governo estadual em 1968, em recepção em Florianópolis ao

embaixador do Japão, quando apresentou Santa Catarina como Estado eurodescendente, “próspero” e peculiar “da federação brasileira, [pois] emerge do complexo de sua formação étnica” (*O Estado*, 1968, p. 8), apontando os elementos de “semelhança” existentes entre os catarinenses e os japoneses:

*[...] que inspire Vossa Excelência a segurança de que está em presença de gente amiga e que vota à grande Nação japonesa uma involgar simpatia, muito ainda haverá de colher, de sua vinda a Santa Catarina, na evidência de que se identificam os traços comuns do caráter de nossa gente com ponderável parte da população nipônica, afeita aos labores do solo, na agricultura, ou aos da pesca, em que também se ocupam os catarinenses de largas faixas litorâneas. Em Santa Catarina já contamos com núcleos de colonização japonesa, cuja operosidade não desmente o melhor conceito de êxito da colonização nipônica no Brasil (*O Estado*, 1968, p. 8).*

O elemento de identidade e ligação de *nossa gente* com *parte da população nipônica* era voltado aos *labores do solo e do mar*, ou, em outras palavras, segundo trecho acima, catarinenses e japoneses estariam ligados por serem afeitos ao trabalho; este seria, portanto, um elemento de construção de identidade que os diferencia do *preguiçoso brasileiro comum* (Martinello e Carvalho, 2010, p. 116-118).

Dissonância e comunicação: os japoneses enquanto agricultores

Para além das construções a respeito dos *nipônicos* como exemplos de *parecidos com os catarinenses* e *portadores da modernidade*, é possível identificar, também, situações em que não se trataram os japoneses com tais atribuições. Segundo reportagem de *O Estado* de setembro de 1973, depois de mais de um ano de convívio na agrovila nipo-brasileira de Itajaí, os “brasileiros” e “japoneses” descobriram que, em “matéria de desenvolvimento”, de práticas e saberes, estavam todos “empatados”. Ou seja, no convívio interétnico, o grupo dos brasileiros e dos japoneses descobriu elementos culturais e práticas diferentes e semelhantes, em um processo de diálogo e de alteridade, como descreve um texto de jornal da época:

Inicialmente, os agricultores brasileiros estranharam a proximidade com pessoas cujo idioma não compreendiam e possuidores de técnica agrícola apregoada como misteriosa. Porém, segundo contou Osvaldo Luma, os instrumentos de trabalho eram íntimos dos dois grupos, e sua presença foi o primeiro elemento de contato.

Mas a principal descoberta dos brasileiros foi saber que para colher tomates, cenouras e morangos sadios não existe nenhum segredo e nenhum vestígio de mistério. E Osvaldo diz a receita: "Tudo depende de trabalho e técnica adequada" [...].

Se, para os brasileiros, os japoneses tinham hipoteticamente uma vantagem, o do conhecimento milenar da técnica agrícola, por outro lado os orientais declararam que a vantagem no princípio esteve ao lado dos nacionais para melhor que eles [sic], conheciam o produto mais solicitado pelo mercado ao mesmo tempo em que sabiam de antemão as variações do clima, que espécies plantar em determinadas épocas.

Porém, como declarou Fumio, agricultor de 39 anos, "hoje estamos empatados" e "ninguém pode diferenciar um produto cultivado por um grupo e por outro" (Caruso, 1973, p. 3-4).

Se, por um lado, a etnicidade é também construída no cotidiano pelos infindáveis confrontos e negociações, nos quais configurações sociais estabelecem os demarcadores e as fronteiras étnicas, o mesmo cotidiano pode ser um espaço de comunicação não violenta e de conhecimento do *outro*, como indica o excerto acima, que rompe com os estereótipos e percebe a diversidade de saberes que são menos hierárquicos do que a *lógica do poder* os representa. Não se trata de explorar esses espaços de comunicação cotidianos neste trabalho, mas de indicar os limites da representação do *japonês modernizador*.

É interessante notar que a própria posição de técnicos e a relação com o Estado tendem a sofrer mudanças quando, também no cotidiano, observa-se que aquele *ideal japonês* não se aplica tão facilmente assim. Em agosto de 1974, funcionários de governo (agentes agrícolas ou extensionistas rurais) identificavam que os japoneses também necessitavam orientação! Funcionários do órgão de extensão rural catarinense, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), afirmavam, como uma característica negativa, que os japoneses em Santa Catarina eram excessivamente autônomos, pois, além de possuir elevado grau de conhecimento e saberes agrícolas, acessavam alguns auxílios do governo japonês, o que dificultava o trabalho da extensão rural brasileira. Nesse sentido, os incentivos do governo catarinense não significaram o fim do apoio que os japoneses receberam do Japão. Segundo discurso da empresa estadual de extensão agrícola catarinense, o problema era como direcionar os japoneses aos interesses dos órgãos agrícolas, como consta em reportagem a respeito das opiniões de um técnico:

Para ele, os japoneses gastam demais, "e por isso, muitas vezes, atrasam seus compromissos", obrigando a ACA-

RESC a refinar muitos projetos. "Se assim não fizéssemos, a situação seria pior." Wilson refere-se às dívidas dos japoneses, que se avolumam sempre mais. Os nipônicos não medem o montante dos gastos. Eles querem produzir cada vez mais, para começar a ter lucros no menor espaço de tempo possível.

– Acho que o que está faltando para o Núcleo Celso Ramos é orientação administrativa, social e técnica. [...] AACARESC também poderia dar assistência técnica, mas infelizmente os japoneses do núcleo estão demasiadamente independentes (Balthazar, 1974, p. 9).

Em termos sociológicos mais amplos, estamos diante da situação do que se pode apontar como *a resistência camponesa*, que na prática significa a não aplicação das estruturas e determinações sociais que podem parecer inescapáveis a esse grupo social. O cotidiano demonstra que não é automática a aplicação e a absorção, por parte do *campesinato*, de projetos que não são engendrados por eles próprios; afinal, a condição de agente/agenciamento desses migrantes também pode ser pensada em parte como resistência. A autonomia do *campesinato* da mesma forma se aplica, nesse caso, a algumas colônias e grupos japoneses instalados em Santa Catarina, ainda mais se pudessem recorrer a algum apoio do Japão. Tais práticas do cotidiano, em certo sentido, relativizam a capacidade de controle estatal catarinense sobre os nikkeis.

Diferentemente dos *agricultores nacionais*, que, em geral, eram, na época, condenados pelos técnicos devido aos baixos investimentos e à resistência em adotar os *pacotes tecnológicos*, os japoneses aparentemente adotaram com mais facilidade uma agricultura com alta utilização de insumos, o que os aproxima, seguindo os periódicos da época, da apresentação da agricultura no Japão como *bem-sucedida*. O Japão teria uma agricultura *moderna* a ser imitada, independentemente da realidade tecnossocioambiental, a qual era diferente da brasileira. Como afirma Lesser (2001, p. 269-270): "O Japão era interpretado como moderno, e, portanto, como ocidental, mediando, assim, a busca brasileira, que visava exatamente a uma situação como essa. No Japão, encontravam-se as esperanças para o Brasil do futuro."

Uma das frustrações, tanto dos imigrantes como daqueles burocratas catarinenses que esperavam a *modernidade japonesa*, parecia ser descobrir, no sucesso do Japão, a proporcionalidade aos incentivos e à valorização dos agricultores e da produção de alimentos naquele país. O *imigrante que faz por si mesmo* poderia até utilizar essa representação em benefício próprio, mas seria bem mais difícil a conquista da *epopeia* sem os incentivos e a presença governamental tanto brasileira como japonesa.

Afinal, como já se afirmou acerca dos japoneses no Brasil: “nenhum outro grupo étnico que forneceu colonos para fazenda de café contou com tanto apoio por parte do seu próprio governo” (Petroni, 1977, p. 119).

A criação de núcleos japoneses em Santa Catarina foi apoiada por subsídios econômicos e técnicos; por isso, a migração tutelada foi mais que uma metáfora, foi uma prática de atração populacional. Por exemplo, afirmou Padilha (1989, p. 257) sobre a expansão da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), quando da instalação de *nikkeis* e descendentes em São Joaquim:

Depois esse grupo [cooperados da CAC] foi a Florianópolis falar com o Governador do Estado, Konder Reis, solicitando-lhe a ajuda financeira do Estado para o projeto, uma vez que, em 1972, Santa Catarina havia instituído o Programa de Desenvolvimento de Culturas de Frutas de Zona Temperada [PROFIT], dentro de cujos objetivos se enquadrava o projeto da Cotia. [...] O Governo Federal, que havia assegurado pleno apoio àquele Programa, fez o Banco Central liberar, em 06 de maio de 1972, Cr\$ 4,230 bilhões, para repasse pelo BESC – Banco do Estado de Santa Catarina, tendo o projeto da Cooperativa se beneficiado de parte desses recursos, recebendo ainda a promessa de verbas específicas para estradas vicinais e eletrificação rural na área adquirida [...]. Assim, em 05 de agosto de 1974, completados todos os trabalhos preliminares, efetuou-se o sorteio dos lotes da gleba (adquirida de Lauro Martins), inaugurando-se o projeto com uma alegre churrascada.

Os filiados à CAC, em uma das primeiras medidas para a instalação, recorreram ao governo do Estado e ao governo federal para obter os recursos financeiros disponibilizados, bem como solicitar verbas para infraestrutura regional, como eletrificação, facilidades de escoamento da produção, edificações de galpões refrigerados, limitação das importações de maçã da Argentina, entre outras.

Nas colônias em que predominava a horticultura, os produtores também foram subsidiados. Evidentemente, os pequenos horticultores não desfrutaram das mesmas condições que os médios e grandes produtores de São Joaquim e Canoinhas. O IRASC, sob a influência do regime ditatorial pós-1964, abandonou a *reforma agrária* e se dedicou a outros projetos, como solucionar o déficit de abastecimento de hortifrutigranjeiros no litoral catarinense, que eram importados de outras unidades da federação. Narrou o prefeito de Itajaí na época a respeito da importação de alimentos e o objetivo de atrair *nikkeis* para a produção agrícola local:

Eu sei que tínhamos que importar de Curitiba, pagar um preço caro, porque tinha que trazer de caminhão, e disse para eles, se eu fosse eleito, eu ia tomar uma providência. Aconteceu então, quando eu fui eleito prefeito, eu procurei um amigo meu que cuidava de uns negócios de terra aqui em Florianópolis, era um órgão estadual. Eu disse para ele: olha, eu estou com um problema aqui e tu tens lá em Curitiba um monte de japoneses que plantam nectarina. Aí o Hélio Guerreiro disse: – “Eu não sei, mas eu vou falar com o Cônsul japonês de Porto Alegre, quem sabe ele até arranja lá uns japonezinhos de sobra”. Passou-se um tempo, ele me disse, olha: – “Eu acho que nós vamos fazer aquele negócio de japonês, tá bom?” – “Tá bom, mas aonde é que eles estão?”, eu perguntei. – “Estão no Rio Grande do Sul, lá tem umas oito ou dez famílias que estão plantando abacaxi e estão passando mal. Quer fazer negócio com eles?” Eu disse: – “Quero”.

Eu comprei a terra de um dentista de Itajaí, Havelino Wagner, [...]. Aí eu comprei uma casinha para cada um, demarquei os lotes, eu e o Hélio Guerreiro juntos [...]. Aí botei eles ali, em casinhas simples, eles não tinham muitos filhos. Botei trator para tirar os tocos. Eles começaram a trabalhar. Antes, ali tinha muitas árvores e toco (César, 2006, entrevista).

Apesar do subsídio do Estado brasileiro/catarinense e da ajuda de instituições do Japão, ao demandar auxílio governamental para as atividades e criticar o Estado brasileiro por não apoiar a agricultura, os japoneses não apenas se aproximam da maioria dos agricultores da época, mas apontam elementos de construção social de uma agricultura dita *moderna* e também um desejo de maior assistência do Estado, pelo menos com investimento de capital, em especial financiamentos:

Fumio Sakurage, que há quatro anos trocou o Japão por Itajaí, vê a agricultura um pouco desvalorizada no Brasil, mas acredita numa recuperação rápida. “Basta o governo se conscientizar de que a terra é a base”, observou.

– No Japão as escolas mantêm em seus currículos noções sobre as técnicas agrícolas. Nas zonas rurais, há escolas em abundância e, por isso, os agricultores não precisam mandar seus filhos para longe. Pena que lá não há muita terra como aqui. Esta terra é muito boa.

Fumio Sakurage é contra as opiniões de que o brasileiro é malandro para a agricultura. “O que falta é orientação e aprendizagem. Quem nunca aprendeu a dar valor a dinheiro nunca fica rico” (O’Estado, 1976, p. 9).

É revelador que seja um nikkei, no caso o senhor Fumio Sakurage, quem aponta o fato de a *modernização* não ser um atributo étnico intrínseco ou etnicamente transmissível, como queriam alguns agentes modernizadores da época, e sim uma construção social, a qual, em geral, demanda uma longa e conflituosa construção cultural.

Considerações finais

A particularidade da presença japonesa em Santa Catarina está no papel assumido no processo migratório pelos governos locais e da união, mesmo com apoio do governo japonês, justificado por meio da ressignificação do papel étnico dos japoneses, que em Santa Catarina deveriam modernizar dois grupos de agricultores que viviam da produção agrícola: os que nunca foram considerados *modernos* (brasileiros) e aqueles que já foram considerados *modernos* (eurodescendentes). Planejou-se que, com a contribuição dos japoneses em Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970, se obtivessem: (a) em um primeiro momento, a realização do que foi denominado de *reforma agrária*; (b) a modernização dos agricultores que já estavam estabelecidos e deveriam aprender não apenas técnicas, mas também valores voltados para o mundo do trabalho, com os que recém chegavam do Japão; (c) o aumento da produtividade pelas novas técnicas, difundidas pela *pedagogia do exemplo*; e (d) o surgimento de novas variedades e produtos trazidos pelos japoneses e que os brasileiros deveriam aprender a cultivar.

Como se buscou apresentar neste artigo, em Santa Catarina houve *atenções especiais* e apoio governamental direto na criação de comunidades agrícolas de imigrantes japoneses e descendentes. Tais propostas estiveram fortemente vinculadas a duas concepções que direcionavam a política de atração dos nikkeis: uma sobre etnicidade e outra de modernização agrícola (e do espaço rural). Por um lado, a representação do japonês como *modernizador*, e, por outro, a vitória e a implantação em âmbito nacional de um projeto de modernização conservadora do campo, a qual se centrava fundamentalmente na implantação de novas tecnologias e no crescimento econômico, em detrimento da igualdade social e da sustentabilidade ambiental.

A migração dirigida de japoneses em Santa Catarina se caracterizou pela maior presença e atuação de órgãos municipais e do governo estadual no que se refere ao apoio financeiro, institucional e logístico, mais do que pelo papel do governo do Japão. Ao menos na colonização, momento inicial da chegada e fixação de núcleos e comunidades voltadas à produção agrícola, sob a justificativa do *japonês ser um modernizador*, órgãos estatais direcionaram parte da

sua atenção, planejamento, recursos e discursos na intenção de atrair e fixar em território catarinense migrantes japoneses que atuavam no rural. O Estado foi o principal agente a auxiliar e incentivar o acesso à terra e a posse dela para nikkeis que migravam para Santa Catarina; portanto, o aparato estatal atuou direta e indiretamente na atração desse fluxo demográfico, em uma prática que pode ser denominada de “imigração tutelada” e tem particularidades de acordo com regiões e momentos distintos.

Referências

- ALMEIDA, J. 1998. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: J. ALMEIDA; Z. NAVARRO, Z. (orgs.), *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed., Porto Alegre, Ed. UFRGS, p. 33-55.
- BERMAN, M. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 360 p.
- BOSI, A. 1992. *Dialética da colonização*. 4ª ed., São Paulo, Companhia da Letras, 420 p.
- CÊSAR, J. 2006. Júlio César: depoimento verbal colhido em 4 abril 2006. Entrevistador, André Souza Martinello. Florianópolis (fita cassete).
- CHONAN, T. 2007. Tokashi Chonan: depoimento verbal colhido em 29 abril 2006. Entrevistador, André Souza Martinello. Curitiba (fita cassete).
- GONÇALVES NETO, W. 1997. *Estado e a agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo, Hucitec, 246 p.
- KIMURA, R. 2006. *Políticas restritivas aos japoneses no estado do Paraná 1930-1950: de cores proibidas ao perigo amarelo*. Maringá, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 197 p.
- KIMURA, R. 2007. Perigo amarelo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2(20):26-7.
- KODAMA, K. 2000. O Sol Nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: R. VAINFAS (org.). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, p. 197-213.
- LESSER, J. 2001. *A negociação da identidade nacional: imigrante, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Editora da UNESP, 344 p.
- LESSER, J. 2008. *Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. São Paulo, Paz e Terra, 293 p.
- LEITE, I.B. 1996. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: I.B. LEITE (org.), *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, p. 33-53.
- LOHN, R.L. 1999. A cidade contra o campo. In: A. BRANCHER (org.), *Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, p. 41-60.
- MARTINELLO, A.S. 2007. *Política agrária e imigratória nas colônias japonesas de Santa Catarina (1961-1978)*. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 136 p.
- MARTINELLO, A.S.; KLUG, J. 2007. A criação do Núcleo Rio Novo e os imigrantes japoneses em Itajaí. *Revista Blumenau em Cader-nos*, XLVIII(5/6):58-72.

- MARTINELLO, A.S. 2008. *Formação de colônias japonesas em Santa Catarina: notícias e abordagens de jornais nas décadas de 1960 e 1970*. Florianópolis, [s.n.], 98 p. 1 CD. (Coletânea de artigos de jornais).
- MARTINELLO, A.S.; CARVALHO, E.B. de. 2010. Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola. In: M.L.T. CARNEIRO; M.Y. TAKEUCHI (orgs.), *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo, EDUSP, p. 97-121.
- NOVAES, R. 2002. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e reforma agrária no Brasil. In: A.L. CHEVITARESE (org.), *O campesinato na história*. Rio de Janeiro, Relumê Dumaráf/FAPERJ, p. 215-232.
- PADILHA, D.L. 1989. *CAC, cooperativismo que deu certo*. São Paulo, Cooperativa Agrícola Cotia, Cooperativa Central, 365 p.
- PETRONE, M.T.S. 1977. Imigração. In: B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, Tomo III, p. 94-133.
- SAKURAI, C. 2000. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: B. FAUSTO (org.), *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo, Edusp, p. 201-238.
- SANTA CATARINA. 1968a. *Agricultura: Programa de Fruticultura*. Florianópolis, Secretaria de Agricultura, 124 p.
- SANTA CATARINA. 1968b. *Mensagem anual à Assembleia Legislativa do Estado: 3ª mensagem do Governador Ivo Silveira*. Florianópolis, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC, 89 p.
- SILVEIRA Jr., N. 1972. *Itajaí*. São Paulo, Escalibur/Itajaí, Prefeitura Municipal de Itajaí, 72 p.
- SEYFERTH, G. 2004. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: E.F. WOORTMANN (org.), *Significados da terra*. Brasília, UnB, p. 69-150.
- SOARES, A.L.R.; GAUDIOSO, T.K. 2010. Chegando pelos jornais: imigração japonesa no Rio Grande do Sul. In: I.L. MARTINS; A. HECKER (orgs.), *E/Imigrações: histórias, culturas e trajetórias*. São Paulo, Expressão e Arte Editora, p. 54-67.
- WOORTMANN, E.F. 1995. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. *Serie Antropologia (UNB)*, **183**:1-18.

Fontes primárias

- A GAZETA. 1964. O IRASC e os núcleos de colonização em Santa Catarina. 12 jan., Florianópolis, **7.541**:1.
- BALTHAZAR, U.C. 1974. Em terras catarinenses, os hábitos e os costumes das famílias japonesas. *O'Estado*, 25 ago., Florianópolis, **17.765**:9.
- CARUSO, R. 1973. Em Rio novo, a terra é boa. *O'Estado*, 5 nov., Florianópolis, **17.382**:3-4.
- MONTEIRO, G.K. 2002. Moradores do Planalto silenciam. *Diário Catarinense*, 9 ago. Florianópolis, **5.964**:22.
- O'ESTADO. 1963. IRASC: Colonização japonesa no núcleo "Gov. Celso Ramos". 11 out., Florianópolis, **14.787**:8.
- O'ESTADO. 1964. IRASC reabre agências do Interior. 25 fev., Florianópolis, **4.874**:8.
- O'ESTADO. 1966. Governo homenageia cônsul do Japão. 24 jul., Florianópolis, **15.434**:8.
- O'ESTADO. 1968. Embaixador do Japão chega em visita oficial. 15 mar., Florianópolis, **15.850**:8.
- O'ESTADO. 1970. Fruticultura. 21 jan., Florianópolis, **16.312**:7.
- O'ESTADO. 1976. Japoneses têm explicação para o seu sucesso nas lavouras: "aprendemos as técnicas". 6 maio, Florianópolis, **18.368**:9.

Submetido em: 29/03/2011

Aceito em: 31/07/2011

André Souza Martinello
Universidade Federal de Santa Catarina
Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário, Bairro Trindade
88040-970, Florianópolis, SC, Brasil

Ely Bergo de Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de História
Av. Antônio Carlos, 6627
31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil